



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SERVIÇO DE APOIO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS FLUVIAIS E PONTUAIS TERRESTRES
SCEN Trecho 2 - Edifício Sede, - Bairro Asa Norte - Brasília - CEP 70818-900

Parecer Técnico nº 110/2025-Setef/CGTef/Dilic

Número do Processo: 02001.023128/2025-23

Empreendimentos: Construção de Quadra Poliesportiva no município de Tarauacá/AC.

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ

Assunto/Resumo: **Análise de Competência para o licenciamento ambiental da Construção da Quadra Poliesportiva no município de Tarauacá-Acre.**

Ementa: LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ANÁLISE DE COMPETÊNCIA. Nos termos da Lei Complementar nº 140/2011, a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos em Terras Indígenas é do IBAMA. Dispõe a Instrução Normativa Ibama nº 15/2018 e Portaria nº 90, de 24 de junho de 2025 determinadas atividades e empreendimentos estão dispensados ou independem de licenciamento ambiental.

I. INTRODUÇÃO

1. Este parecer técnico tem como objetivo apresentar a análise de competência para o licenciamento ambiental do empreendimento submetido pela Prefeitura Municipal de Tarauacá (CNPJ:34.693.564/0001-79), entidade pública responsável pela abertura eletrônica do processo e da respectiva Fichas de Caracterização da Atividade (FCA) nº 127772515. Foi solicitada a avaliação quanto à competência para o licenciamento ambiental.
2. A Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18 de maio de 2018, e a Portaria nº 90, de 24 de junho de 2025, dispõem sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos públicos em Terras Indígenas, desde que voltados ao interesse das comunidades locais e atendam aos critérios legais. Ambas as normas contemplam, entre outras atividades, a construção, reforma e ampliação de escolas, reconhecendo o caráter social desses projetos e sua relevância para o acesso à educação em territórios indígenas no qual uma quadra poliesportiva se enquadra.
3. A análise considerou o IBAMA como órgão competente para o licenciamento, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.
4. Este parecer técnico foi elaborado com base nos seguintes dispositivos legais:
 - Estatuto do Índio – Lei nº 6.001/73, que estabelece direitos e garantias às comunidades indígenas, incluindo a assistência estatal para infraestrutura essencial, como educação e saúde;
 - Resolução CONAMA nº 237/1997, que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental, determinando critérios e procedimentos para avaliação dos impactos das atividades potencialmente poluidoras.
 - Lei Complementar nº 140/2011, que estabelece a competência dos entes federativos para o licenciamento ambiental;
 - Decreto Federal nº 8.437/2015, que regulamenta as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental pela União;
 - Instrução Normativa IBAMA nº 15/2018, que define as condições para a dispensa do licenciamento ambiental em empreendimentos que envolvam comunidades indígenas;
 - Portaria nº 90, de 24 de junho de 2025, que atualiza a classificação de risco ambiental das atividades e estabelece, que determinadas ações realizadas em Terras Indígenas, como a construção, reforma ou ampliação de escolas, creches e postos de saúde — independem de licenciamento ambiental, quando voltadas ao interesse das comunidades e executadas em conformidade com os limites estabelecidos.

II. ANÁLISE TÉCNICA

5. Caracterização do empreendimento

5.1. A Ficha de Caracterização da Atividade - FCA nº 127772515, apresenta as informações relativas ao empreendimento denominado “Construção de Quadra Poliesportiva no município de Tarauacá/AC”, cujo objetivo é proporcionar à comunidade indígena local um espaço adequado para a realização de atividades esportivas, culturais e educacionais, voltadas à comunidade indígena local.

5.2. A proposta busca fomentar o esporte, promover a inclusão social e fortalecer os vínculos comunitários. Trata-se de uma iniciativa que visa contribuir para o desenvolvimento físico e social da população, oferecendo um espaço adequado para a convivência coletiva. A obra será executada em área previamente delimitada e aprovada pela comunidade indígena, observando seus costumes e tradições, bem como os princípios estabelecidos no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA).

- 5.3. No Anexo (23991963) à FCA nº 127772515, apresentou uma planta baixa do do pavimento térreo da quadra poliesportiva, com a informação que a área na construção é de 867,36 m², e a área total do lote é de 2.099,84 m².
- 5.4. O segundo Anexo (23991964) à FCA nº 127772515, apresentou o projeto no pavimento térreo das arquibancadas e outras estruturas.
- 5.5. Na FCA nº 127772515, para a quadra será utilizado 620,24 m² de área, que se encontra em fase de projeto para implantação.
- 5.6. Assim, conforme indicado tanto na planta apresentada em anexo quanto no formulário da Ficha de Caracterização da Atividade – FCA nº 127772515, a área prevista para o projeto da quadra poliesportiva corresponde a 867 m², o que equivale a 0,0867 hectares.

Localização do Empreendimento

6. O empreendimento esta localizado no municipio de Tarauaca, estado do Acre.

Figura 1. Local da instalação da quadra poliesportiva.

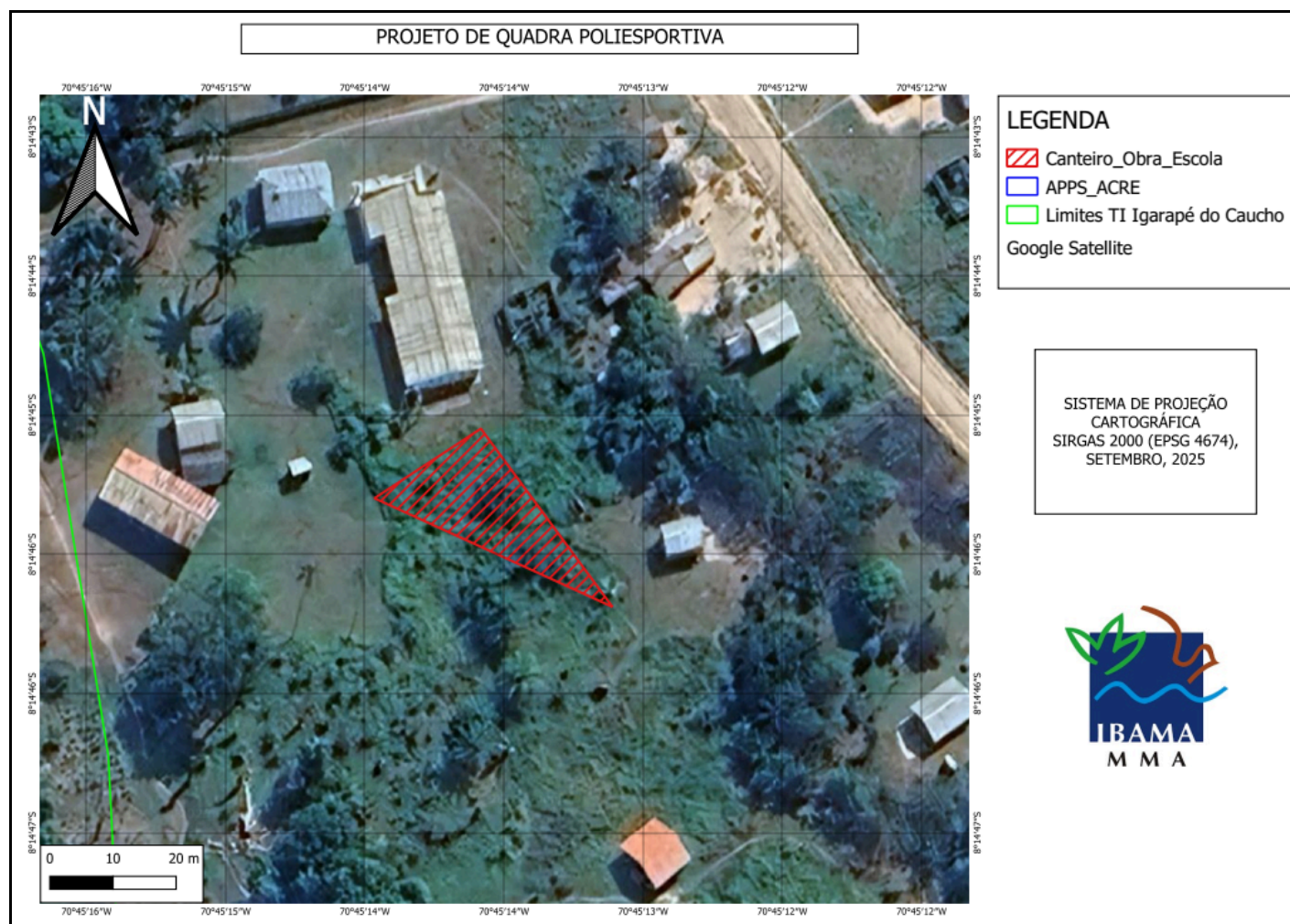
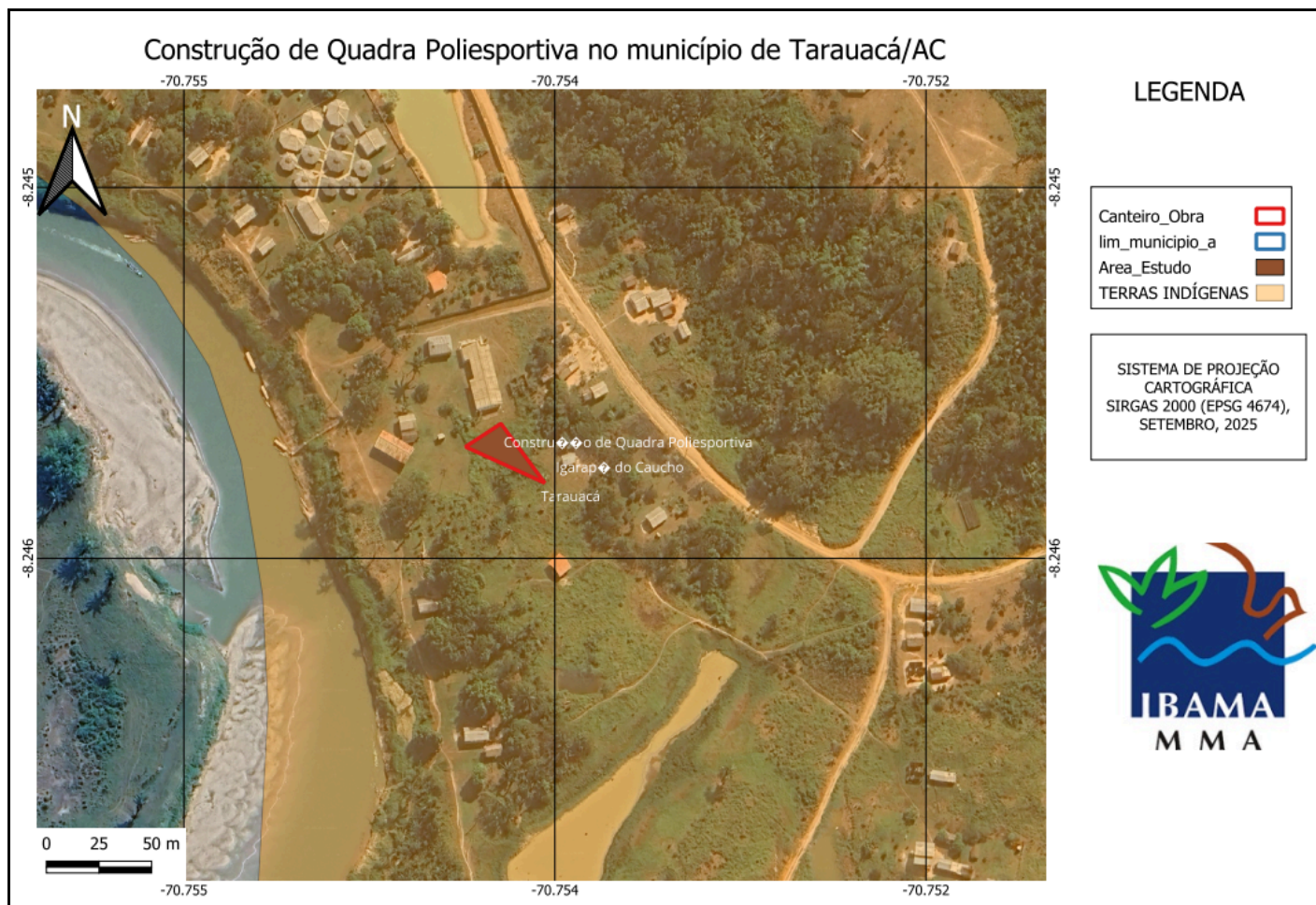


Figura 2. Local da instalação da quadra poliesportiva.



6.1. Conforme indicado nas Figuras 1 e 2, o empreendimento está localizado na Terra Indígena Igarapé do Caucho, no município de Tarauacá (AC), pertencente à etnia Huni Kuin, também conhecida como Kaxinawá. De acordo com consulta realizada em fontes institucionais, a Terra Indígena Igarapé do Caucho encontra-se homologada pelo Decreto nº 278, de 30 de outubro de 1991, que oficializa sua demarcação administrativa como território tradicionalmente ocupado por povos indígenas, assegurando sua proteção jurídica nos termos da Constituição Federal.

Fundamentação técnica - legal

6.2. Considerando o exposto no artigo 7º, inciso XIV da LC nº 140/2011, que dispõe sobre a competência de licenciamento ambiental aos entes federativos, temos que:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;**
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;
- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

6.3. Assim, considerando que construção da quadra poliesportiva está em Terra Indígena Igarapé do Caucho é reconhecida e demarcada, verifica-se que o empreendimento se enquadra na hipótese "c" do artigo 7º, inciso XIV da LC nº 140/2011, caracterizando-se como um empreendimento de competência federal para fins de licenciamento ambiental.

6.4. Portaria IBAMA nº 90, de 24 de junho de 2025, estabelece os critérios para a dispensa de licenciamento ambiental em empreendimentos realizados em terras indígenas, desde que sejam de iniciativa do Poder Público e voltados ao benefício direto das comunidades indígenas. De acordo com essa norma, estão dispensados do licenciamento ambiental os empreendimentos que:

- Obra pública de infraestrutura comunitária (quadra poliesportiva);
- Sejam implantados em terras indígenas oficialmente reconhecidas;

- Não impliquem em impactos ambientais significativos, como supressão de vegetação nativa, interferência em corpos hídricos ou geração de resíduos perigosos.

7. No caso do empreendimento analisado, conforme declarado na Ficha de Caracterização da Atividade (FCA) nº 127772515, e nos critérios estabelecidos pela Portaria IBAMA nº 90/2025, trata-se de uma obra pública de infraestrutura comunitária com área a ser construída de aproximadamente 867 m², enquadrando-se no limite de até 1.000 m² previsto no Quadro 32 para classificação de baixo risco ambiental. A intervenção, segundo o declarado na FCA não envolve supressão de vegetação nativa, tampouco apresenta riscos ambientais relevantes, o que permite a dispensa de licenciamento ambiental conforme previsto na legislação vigente.

8. Embora o empreendimento se enquadre nos critérios técnicos que permitem a dispensa de licenciamento ambiental, conforme previsto na Portaria IBAMA nº 90/2025, ressalta-se que a área está inserida em região com presença de cursos d'água naturais, incluindo o Rio Tarauacá e igarapés afluentes. Dessa forma, caso a implantação da obra ocorra em área próxima à calha regular de qualquer curso d'água, deverão ser observados os limites de Área de Preservação Permanente (APP) estabelecidos pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), conforme a largura do corpo hídrico.

9. Ressalta-se, considerando que o empreendimento está situado em região com presença de cursos d'água naturais, é imprescindível observar os limites de Área de Preservação Permanente (APP) estabelecidos pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), cuja faixa mínima é de 30 metros, variando conforme a largura da calha do curso d'água. Para este caso específico, recomenda-se a manutenção de APP entre 50 e 100 metros em cada margem, conforme a dimensão observada e o contexto ambiental local. Caso a implantação da obra interfira nessa faixa, deverão ser adotadas as medidas legais cabíveis, incluindo eventual regularização ou compensação ambiental.

10. Adicionalmente, caso haja necessidade de supressão de vegetação nativa para a implantação do empreendimento, deverá ser realizada a devida solicitação por meio do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor, conforme previsto na legislação ambiental vigente.

11. Ademais, a dispensa de licenciamento ambiental não exime o responsável pela obra do cumprimento de outras exigências legais, incluindo eventuais autorizações específicas de órgãos competentes, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, quando o empreendimento estiver localizado em terras indígenas.

11.1. Dessa forma, conclui-se que o empreendimento em questão não está sujeito ao licenciamento ambiental, conforme previsto na Portaria IBAMA nº 90/2025.

III. CONCLUSÃO

12. Diante das informações apresentadas, verifica-se que o empreendimento em questão, a construção de quadra poliesportiva com área de implantação de aproximadamente 867 m² — está localizado na Terra Indígena Igarapé do Caucho, no município de Tarauacá (AC), pertencente à etnia Huni Kuin (Kaxinawá), devidamente homologada pelo Decreto nº 278, de 30 de outubro de 1991. A obra configura-se como infraestrutura comunitária de interesse público, não há previsão de supressão de vegetação nativa, tampouco apresenta riscos ambientais relevantes.

13. Considerando os critérios estabelecidos na Portaria IBAMA nº 90/2025, especialmente os parâmetros definidos no Quadro 32, bem como os dispositivos da Instrução Normativa IBAMA nº 15/2018 e da Resolução CONAMA nº 237/1997, conclui-se que o empreendimento se enquadra como de baixo risco ambiental, sendo passível de dispensa de licenciamento ambiental.

14. Ressalta-se, contudo, que essa dispensa não exime o responsável pelo cumprimento de outras exigências legais, incluindo a obtenção de autorizações específicas, como aquelas eventualmente requeridas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, e, em caso de necessidade de supressão vegetal, o devido registro no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

15. Adicionalmente, destaca-se que a competência para análise e manifestação quanto à dispensa de licenciamento ambiental em empreendimentos localizados em terras indígenas é atribuída ao IBAMA, conforme previsto na legislação federal. A atuação do órgão ambiental federal decorre da natureza jurídica das áreas envolvidas, que constituem bens da União e são ocupadas por populações tradicionais tuteladas constitucionalmente.

16. Por fim, considerando que o empreendimento está situado em região com presença de cursos d'água naturais, é imprescindível observar os limites de Área de Preservação Permanente (APP) estabelecidos pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), cuja faixa mínima é de 30 metros, variando conforme a largura da calha do curso d'água. Para este caso específico, recomenda-se a manutenção de APP entre 50 e 100 metros em cada margem, conforme a dimensão observada e o contexto ambiental local. Caso a implantação da obra interfira nessa faixa, deverão ser adotadas as medidas legais cabíveis, incluindo eventual regularização ou compensação ambiental.

17. Diante disso, o empreendimento analisado pode ser executado sem a exigência de licenciamento ambiental, desde que observadas as demais normas aplicáveis, contribuindo de forma efetiva para a promoção de direitos sociais e o fortalecimento da infraestrutura educacional das comunidades indígenas beneficiadas.

Referência Bibliográfica

1. BRASIL. Decreto nº 278, de 30 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Igarapé do Caucho, localizada no estado do Acre. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 out. 1991. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/113748/decreto-278-91>. Acesso em: 4 set. 2025.
2. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terra Indígena Igarapé do Caucho. Informações territoriais, jurídicas e étnicas. Disponível em: <https://www.terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3685>. Acesso em: 4 set. 2025.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **TELDA PEREIRA COSTA LIMA, Chefe de Serviço**, em 05/09/2025, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **24546976** e o código CRC **108C1C0D**.

Referência: Processo nº 02001.023128/2025-23

SEI nº 24546976